

FOLHA DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

! CALOTE DUPLO

Richa envia LDO/2018 sem previsão de reajuste para o funcionalismo

Data-base - depois de ter dado o calote nos reajustes previstos para os meses de janeiro e maio de 2017, o governador pretende repetir a dose no ano que vem. O FES comprovou com base em dados oficiais que o governo tem condições financeiras de repor a inflação para os salários dos servidores. Não falta dinheiro. Falta respeito! Leia mais na página 03.



! PEC 287/2016

Mudanças na Previdência vão atingir servidores

As servidoras serão as mais prejudicadas. A idade mínima para aposentadoria das mulheres vai aumentar em sete anos, se o regime dos servidores cair na regra geral. No Encontro Estadual do SINDISEAB, o advogado Ludimar Rafanhim falou sobre o substitutivo da PEC 287/2016 que pretende destruir a Previdência Pública para abrir oportunidade de negócios para os banqueiros. Leia matéria especial na página 04.



! RESISTÊNCIA!!!

Próxima Greve Geral vai ser ainda maior

EM JUNHO
TEM
GREVE
GERAL

FRENTE BRASIL
POPULAR

Não tem mais nenhuma condição deste governo continuar no poder. Com a revelação de provas graves de corrupção contidas nas gravações de conversas de Joesley Batista, da JBS, com Michel Temer e Aécio Neves, as vísceras do golpe foram expostas.

Ao invés de renunciar, Temer fincou o pé. A mídia se dividiu. Por um lado, a Folha de São Paulo tentou defender o presidente interino, enquanto o sistema Globo passou a execrá-lo.

Analistas políticos dizem que os donos do golpe - grandes empresários, banqueiros, mídia, políticos corruptos e parte do Judiciário - cansaram-se de esperar Michel Temer, com sua baixíssima popularidade (5%), conseguir aprovar as reformas trabalhista e previdenciária. Pudeira, o plano é escravizar a população e acabar com a Previdência, Assistência Social e Saúde do povo brasileiro.

O Jornal O Globo publicou editorial apoiando a queda de Temer, ao mesmo tempo, defendendo que as reformas como parte do "projeto político dos brasileiros" e que, por isso, devem seguir em frente.

Não! O projeto político dos brasileiros foi aprovado nas urnas em 2014. A população elegeu o projeto de nação soberana, onde a população tem acesso à Educação e Saúde universais e de qualidade. A presidenta eleita, Dilma Rousseff, foi afastada sem crime de responsabilidade!

O golpe continua - com a iminente queda de Temer, os golpistas esperam eleger via indireta um representante das elites para a Presidência da República. Em 24 de maio, Temer atacou covardemente mais de 100 mil pessoas que foram à Brasília lutar contra as reformas e exigir eleições diretas para presidente. Neste mesmo dia, Dilma entrou com recurso junto ao STF para anulação do processo de impeachment.

Depois do sucesso da Greve Geral de 28 de abril, a Frente Brasil Popular prepara uma paralisação maior ainda. Até o fechamento desta edição, a data ainda não estava definida.

O que se sabe, é que a luta continua até derrubarmos o golpe!

ENCONTRO ESTADUAL

Assembleia aprova contas e mudanças na diretoria do SINDISEAB



Foto: Cláudia Moraes

A primeira atividade do Encontro Estadual do SINDISEAB, ocorrido no dia 28 de abril, no Hotel Condor, em Curitiba, foi a apreciação das contas do SINDISEAB. Após uma minuciosa exposição feita pela direção estadual, foi feita a leitura dos pareceres contábil e fiscal que apontam a regularidade das contas ([leia aqui](#)).

Os documentos foram enviados com antecedência a todos os Núcleos Sindicais, para conhecimento e análise prévia, e publicados no site do SINDISEAB. Confira o memorando 05/2017 enviado ao Núcleos Sindicais ([clique aqui](#)). A Assembleia Geral Ordinária (AGO) apreciou e aprovou as contas do exercício de 2016. A prestação de contas está publicada no jornal 233 ([clique aqui](#)). Mesmo sem haver o que questionar, um associado decidiu votar contra. Assim, as contas do SINDISEAB foram aprovadas por ampla maioria.

Eleições - no evento, foi referendada a chapa única, definida pelo FES, para conselheiros representantes dos servidores na ParanaPrevidência. Foram escolhidos também os delegados para representar o SINDISEAB no PlenaCUT, previsto para os dias 16 e 17 de junho, em Foz de Iguaçu. Ambas as eleições não são regulamentadas pelo sindicato, mas pela CUT e pelo FES. Para a indicação dos conselheiros da ParanaPrevidência, por exemplo, o FES convocou reuniões, aprovou regulamento e registrou em Ata. É preciso ficar claro que a representação é da entidade. É coletiva. Nunca da pessoa. Não é a pessoa que se indica, mas a assembleia é quem elege o representante designado pela Direção Estadual.

A AGO também referendou a nova composição da Diretoria Executiva Estadual (DEE). O tema foi discutido previamente na reunião da DEE de 13 de abril ([leia a Ata da DEE/13_04_17 aqui](#)). O Tesoureiro Geral solicitou renúncia por problemas de saúde, e o

primeiro tesoureiro foi substituído, por abandono, conforme determina o Estatuto Social. Confira a Ata do Encontro Estadual ([clique aqui](#)).

Tempos difíceis - na segunda mesa do Encontro Estadual, os associados tiveram a oportunidade de tirar suas dúvidas sobre a atual conjuntura política. O Secretário Geral da CUT-PR, Márcio Kieller, saudou os participantes do Encontro Estadual, destacou que dentre todas as assembleias de categorias em que acompanha, a AGE do SINDISEAB é uma das mais democráticas, garantindo tempo para os participantes falarem. Kieller falou também sobre a programação da Greve Geral que aconteceu no mesmo dia que o nosso Encontro Estadual, 28 de abril, e acompanhou a eleição dos delegados que vão representar o SINDISEAB no PlenaCUT.

O assessor econômico do SINDISEAB e do FES, Cid Cordeiro, falou sobre as finanças do Estado. Fabiano Camargo da Silva, do DIEESE, também acrescentou informações eco-

nômicas. O ponto alto foi a explicação do advogado especialista em previdência, Ludmar Rafanhim, sobre as mudanças previstas na reforma que assombra o futuro dos brasileiros.

Na última parte do Encontro Estadual, as assessoras jurídicas do sindicato explicam sobre o andamento das ações judiciais. O relatório completo foi enviado previamente para os dirigentes regionais. A DEE destinou uma hora para que os associados conversassem diretamente com a advogada. Todas as dúvidas dos associados foram esclarecidas. O sindicato colocou em dia todas as ações judiciais que estavam pendentes. O nosso presidente fez uma transmissão, ao vivo, no final do evento: ([clique aqui](#)).

Pauta de Reivindicações de 2017 - confira, [no link](#), os itens reivindicados pela base do SINDISEAB. Mas, lembre-se que o debate é permanente, mutável. Por isso, sempre que houver necessidade, entre em contato com a DEE para que, após deliberação coletiva da categoria, novos itens sejam inseridos na pauta.

Greve Geral - No país todo, cerca de 40 milhões de trabalhadores aderiram à paralisação contra as reformas nefastas do governo ilegítimo. Em Curitiba, a Greve Geral reuniu 30 mil pessoas ([leia aqui](#)). Você encontra a cobertura completa e fica por dentro das notícias atualizadas acessando o Facebook do SINDISEAB ([clique aqui](#)).

Veja como ficou a composição da Diretoria Executiva Estadual

PRESIDENTE:

Donizetti Aparecido Rosa da Silva
SEAB - Maringá

VICE PRESIDENTE:

Elci Terezinha Veiga Costa
IAP - Ponta Grossa

SECRETÁRIO GERAL:

Temístocles dos Santos Vital
SEMA - Curitiba

1º SECRETÁRIO:

Geraldo Carvalho de Oliveira
SEAB - Irati

2º SECRETÁRIA:

Josiane Bitencourt da Conceição
IAP - Litoral

TESOUREIRO GERAL:

Laerci da Silva Lima
AGUASPR - Cruzeiro do Oeste

1º TESOUREIRO:

Gilberto Sentinelo
IAP - Maringá

SINDISEAB na Greve Geral - conforme já explicado em nota ([clique aqui](#)), o SINDISEAB não pôde adiar a realização do Encontro Estadual, mas o pessoal no interior participou ativamente da maior Greve Geral da História do Brasil. Os nossos dirigentes regionais enviaram fotos de Francisco Beltrão, Maringá, Paranavaí e de Umuarama. Confira as imagens ([clique aqui](#)). E você, tem fotos das mobilizações do dia 28 de abril aí no interior? Mande para a gente.

ÚLTIMA CHAMADA

Avanços de carreira serão cobrados na Justiça!

Jurídico do sindicato divulga orientações para associados.

Confira todos os passos e a documentação necessária para fazer parte das novas ações judiciais.



Conforme deliberado no nosso Encontro Estadual de 28 de abril, o SINDISEAB está dando encaminhamento às ações judiciais. Saiba quais são os documentos necessários:
* PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO - [clique aqui](#)
* PROGRESSÃO POR ANTIQUIDADE - [clique aqui](#)

Prazo - a data máxima para envio de documentos é 15 de junho de 2017. Esta é a última chamada para ações judiciais de progressões por titulação e antiguidade vencidas nos anos de 2015, 2016 e 2017, pois este já é um prazo estendido para os que se

atrasaram, conforme discutido e autorizado na Assembleia Geral Ordinária do dia 28/04/2017.

Não vamos esperar mais - expirado o prazo o sindicato não fará mais esse tipo de ação referentes aos períodos de 2015 e 2016; mas apenas para os protocolos de 2017, protocolado após o prazo contido no memorando.

Atenção - o sindicato só aceitará o envio por sedex, postado até o prazo estabelecido nos memorandos: 15 de junho de 2017.

Por isso, fique de olho!

| DATA-BASE

Richa quer repetir o calote em 2018!

O governo Beto Richa, apesar de ter condições financeiras de honrar o compromisso da data-base dos servidores estaduais, não pretende pagar nosso reajuste em 2017.

E pior, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 também não prevê o reajuste salarial dos servidores públicos estaduais!

A reunião de negociação do FES com a SEAP aconteceu no dia 17 de maio. A nova Secretária de Administração e Planejamento (SEAP), Marcia Carla Pereira Ribeiro - após ter adiado a reunião e depois modificado novamente o horário da audiência - recebeu apressadamente os representantes dos servidores sob a justificativa de ter que sair para conversar com o governador. O FES considerou a atitude da secretária indelicada e desrespeitosa, refletindo a postura do Governo Richa. Não houve grandes avanços na pauta. Confirma o que foi discutido:

Reforma da Previdência - o Governo Federal está impondo a reforma também das previdências estaduais. Uma vez aprovada a reforma do Regime Geral da Previdência, os



Foto: Gustavo Vidal

estados terão 180 dias para aprovar suas leis específicas. Caso não cumpram o prazo, os Regimes Próprios de Previdência dos estados seguirão as mesmas regras definidas no Regime Geral. Ou seja, basta que o governo faça corpo mole, para que os servidores sejam prejudicados.

A SEAP diz que vai instituir um Grupo de Trabalho, o FES afirmou que até participa do GT por não fugir da discussão, mas deixamos bem clara a nossa contrariedade. O movimento sindical, a sociedade, o povo brasileiro são contra as reformas que premiam os que devem para o INSS e para a ParanaPrevidência, que deram calote a vida inteira.

Eleição dos Conselheiros - o FES discorda da composição dos conselhos Fiscal e de Administração da ParanaPrevidência. A SEAP alegou que estaria seguindo uma Nota Técnica da qual o FES não tinha conhecimento. Os sindicalistas tiveram que brigar na mesa para obter o texto da NT da SEAP que regulamenta a eleição de

conselheiros da instituição que administra o Fundo Previdenciário, que é dos próprios servidores. Depois de muita discussão, o FES conseguiu o documento e vai estudá-lo junto com suas assessorias jurídicas.

Liberações Sindicais - vários dirigentes estão submetidos à redução de salários por estarem liberados para a atividade sindical. Isto é inconstitucional. O problema atinge diversos sindicatos e, diante disso, o FES fará um levantamento de todos os protocolos de processos de casos semelhantes para debater com a SEAP.

Auxílio Transporte - o benefício foi reajustado em janeiro, mas a legislação prevê reajuste em maio. Por isso a SEAP está fazendo um estudo para enviar à SEFA.

Salário Mínimo Regional - apesar do governo dizer que o funcionalismo ganha muito, diversos servidores sequer recebem o salário mínimo

regional do Paraná. A SEAP afirmou que está fazendo estudo para propor à SEFA a adequação destes salários.

Auxílio Alimentação - O FES questionou o porquê do benefício não ter sido corrigido nem no ano passado, tampouco neste ano. A SEAP alega que fez estudos mas, como o reajuste não está previsto em lei, ficou para trás.

Data-Base - o governo reafirma o calote. A SEAP diz que não tem dinheiro e que vai priorizar o pagamento das promoções e progressões. O FES vai continuar os contatos com os deputados. Segundo os dados do próprio governo, Richa tem todas as condições de reajustar os salários dos servidores em 8,53%. Uma vez reafirmado o calote, não nos resta outro caminho a não ser a mobilização!

Diante da notícia de que a LOA de 2018 também não prevê data-base para os funcionalismo estadual, o FES convocou mobilização para o dia 31 de maio, data da apresentação do Secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, sobre o desempenho das contas do governo na ALEP. Enquanto isso, o FES permanece em contato com os deputados estaduais no intuito de abrir negociação diretamente com a Casa Civil

Depois da reunião, o nosso presidente Donizetti Silva, transmitiu um vídeo sobre a mesa de negociação. Confira: [clique aqui](#).

| COLETIVA

FES confronta cálculos do governo

Servidores reivindicam liquidação da dívida salarial com base em dados que comprovam a possibilidade de reajuste

Na manhã do dia 17 de maio, o FES concedeu entrevista coletiva sobre a data-base e denunciando o rombo da ParanaPrevidência.

O SINDISEAB transmitiu, ao vivo, a conversa com o deputado Ademar Traiano (PSDB).

Os números - os dados são do Portal de Transparência, foram apresentados na coletiva de imprensa concedida pelo Fórum das Entidades Sindicais (FES). A entrevista aconteceu na passarela da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), na manhã

do dia 17 de maio, antes da reunião com a SEAP.

O documento, que foi entregue em frente às câmeras nas mãos do deputado Ademar Traiano (PSDB), presidente da ALEP, detalha as reivindicações dos servidores estaduais da ativa e dos aposentados - que têm o único reajuste por ocasião da data-base.

De quanto é a dívida? Em 2017, conforme a Lei 18.493/2015, o Governo Richa deveria ter reajustado o salário dos servidores estaduais em duas parcelas: (1) 6,29% + 1% =



Foto: AFP-Sindicato

7,29%, em 1º de janeiro, referente ao ano de 2016; (2) e 1,10%, em 1º de maio de 2017, pela inflação acumulada nos quatro primeiros meses deste ano. A dívida acumulada é de 8,53%.

A justificativa do governo é de que precisa equilibrar os cofres públicos. Segundo o economista do FES, Cid Cordeiro, o resultado das finanças públicas cresceu em 9%, enquanto o governo apostava em 0%. Assim, estima que o gasto com pessoal caia de 45,39% (no fim de 2016) para um patamar entre 42% e 43% da Receita Corrente Líquida. Percentuais abaixo do limite prudencial de 46,55% e com folga considerável do limite de 49%, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



Foto: Pedro Blaszczak

Em 17 de maio, os dirigentes sindicais do FES visitaram também outros deputados, inclusive Luís Cláudio Romanelli, Líder do Governo. Em seguida, reuniram-se para definir estratégias de negociação para a reunião com a SEAP.

Olha a iniquidade!

Você sabia que já tramitam na ALEP projetos de lei para dar reajuste de 4,08%, em maio, para os servidores do Legislativo, Judiciário, Ministério Público? Difícil de acreditar? Siga os links.

PL 231/2017 reajusta salários do Tribunal de Contas

PL 232/2017 reajusta salários do Judiciário

PL 233/2017 reajusta salários do Ministério Público

PL 235/2017 reajusta salários da Defensoria Pública

DINHEIRO TEM!

**Falta vontade política!
Falta respeito
pelos servidores!**



Rafanhim é assessor do SISMUC, SindSaude-PR, Sindjus, SISMAR e Associação dos Oficiais de Justiça do Paraná; participa do Coletivo Jurídico da FENAJUD e é membro da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/PR.

PEC 287/2016

“Não vai existir mais Seguridade Social!”

O alerta é do advogado Ludimar Rafanhim, que presta consultoria nas áreas legislativa e previdenciária a diversos sindicatos de servidores públicos, durante o Encontro Estadual do SINDISEAB, em 28 de abril.

Os associados aproveitaram a presença do advogado para esclarecer dúvidas sobre a Reforma da Previdência.

Qual é o jogo? - “está em curso um profundo desmonte do Estado Brasileiro”. Rafanhim lembra que, entre os anos 1995 e 1998, o então Ministro de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Luiz Carlos Bresser Pereira, publicou uma série de cadernos com as propostas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. “Permaneceriam públicas apenas as carreiras como diplomacia, arrecadação, segurança pública e judiciária”, explica, “todas as demais deveriam ser terceirizadas, privatizadas ou prestadas por entidades auxiliares com Organizações Sociais (OSs) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Estão concluindo o que começaram nos anos 90”!

Contrarreforma da Previdência - “a grande reforma foi em 1988, quando os trabalhadores rurais tiveram acesso à Seguridade Social: Previdência, Assistência Social e Saúde”, conta, “até a promulgação da Constituição Federal, não tínhamos aposentadoria do trabalhador rural. Para ter carteirinha do INPS, só se o trabalhador tivesse carteira assinada. Hoje, 80% dos municípios do Paraná geram suas economias com os recursos das aposentadorias. São 37 milhões de trabalhadores rurais. Tudo

isso está em risco, o Estado brasileiro vai deixar de ser Estado de Bem Estar Social”, alerta. Por isso, Rafanhim prefere o termo “contrarreforma” porque a PEC 287 pretende destruir a reforma anterior.

A quem interessa? Antes de mandar o a PEC 287 para a Câmara dos Deputados, o governo foi apresentar o projeto para a FEBRABAN, federação dos banqueiros, “para pedir o OK”. E os bancos já estão ganhando, para se ter uma ideia, desde que anunciaram que a idade para a aposentadoria seria aos 65 anos, “as carteiras de clientes de previdências privadas cresceram 19%”.

E nos estados, como vai ser? No texto substitutivo da PEC 287, estados e municípios poderão fazer regras próprias para seus servidores, desde que seja dentro do prazo de seis meses depois de publicada a Emenda Constitucional alterando a Previdência. Vencido o prazo, estados e municípios vão seguir a regra geral. Cá entre nós, você acha que o governador vai fazer esforço para aprovar uma lei estadual?

“Richa vai fazer o que o Governo Temer orientar”, aposta o advogado, “a ideia de Beto Richa, desde o início, era devolver os servidores para o INSS”. E se a ParanaPrevidência falir? “Se não tiver condições de pagar as pensões... não tem como prever”.

COMO FUNCIONA HOJE

NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA:

- * **por idade** - homem 65; mulher 60; com 15 anos de contribuição. O valor do benefício começa com 70% da média (80% dos salários) mais 1% a cada ano de contribuição. Começa com 85% (70% + 15%). Com 30 anos de contribuição, tem integralidade da média.
- * **por tempo de contribuição** - homem 35 anos; mulher 30 anos. Quanto mais jovem, menor o valor da aposentadoria (Fator Previdenciário).
- * **por invalidez** - integralidade da média.
- * **especial** - para quem trabalha em condições de insalubridade e de risco, com 15 anos de serviço. O valor do benefício é a integralidade da média, sem idade mínima. Para o magistério, 25 anos de serviço.
- * **pensão por morte** - gera pensão para o viúvo de 100% até o teto do INSS e 70% do que exceder. Metade da pensão para os filhos menores.
- * **benefícios assistenciais** - para idosos com mais de 65 anos que pertença a um grupo familiar com renda inferior a 1/4 do salário-mínimo.
- * **trabalhador rural** - homem 60; mulher 55 anos; se comprovar 15 anos de atividade rural. O benefício é de um salário mínimo.

NOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES:

- * **por idade e tempo de contribuição** - a partir da EC 20/1998, o homem que tiver 35 anos de contribuição pode se aposentar aos 60 anos; a mulher que tiver 30 anos de contribuição pode se aposentar aos 55 anos de idade.
 - * **por tempo de contribuição** - não existe nos regimes próprios.
 - * **por idade** - homem aos 65; mulher aos 60 anos. É preciso ter contribuído por pelo menos 10 anos e o valor do benefício é proporcional.
 - * **por invalidez** - integralidade da média se for por doença grave, alienação mental ou acidente de trabalho.
 - * **pensão por morte** - gera pensão para o viúvo de 100% até o teto do INSS e 70% do que exceder. Metade da pensão para os filhos menores.
- Valor da aposentadoria** - para quem ingressou antes 31 de dezembro de 2003 (EC 41), o direito à aposentadoria é conquistado com 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo. O valor do benefício é o mesmo da última remuneração e tem paridade com o servidor ativo. Para quem ingressou depois de 2003, vale a regra aritmética dos 80% dos melhores salários, sem paridade com servidor ativo.

O que diz o substitutivo da PEC 287?

Não existirá mais aposentadoria por tempo de contribuição, só por idade: homens aos 65; mulheres aos 62; se tiverem 25 anos de contribuição. Com isso, o tempo mínimo de contribuição exigido para o servidor público vai aumentar em 15 anos; e para o trabalhador do Regime Geral, 10 anos. Para se obter a integralidade da média, o tempo exigido vai subir para 40 anos de contribuição.

Regra de transição - o substitutivo da PEC 287 prevê que, independente da idade, a partir da data da promulgação da emenda, trabalhadores e servidores terão que pagar um “pedágio” de 30% sobre o tempo que falta para se aposentar pelas regras atuais.

Aposentadoria especial - só aos 55 anos. A nova regra impõe que a idade de aposentadoria especial não pode diminuir além de 10 anos da idade mínima geral e mais cinco anos por tempo de contribuição.

Aposentadoria por invalidez - integral, só por acidente de trabalho.

Trabalhadores rurais - terão que contribuir de forma individual.

Pensão por morte - cai para 50% do valor mais 10% por filho menor, até o limite de 100%. Quando os filhos alcançam maioridade, não reverte para o cônjuge. Só poderá acumular com a própria aposentadoria se a soma de ambos não ultrapassar dois salários mínimos (R\$ 1.874,00). A pensão por morte deixa de ser vitalícia, exceto para quem tiver mais que 44 anos, será provisória com tabela escalonada pela idade do dependente no momento da geração da pensão.

Idade mínima vai aumentar - à medida que a média da expectativa de vida da população aumentar, a idade mínima de aposentadoria vai subir. Em vários estados a expectativa de vida é menor que 65 anos. Ou seja, os trabalhadores vão morrer antes de se aposentar.

Cai o valor do benefício - se o servidor entrou antes de 1988, tem paridade com o servidor ativo. Se ingressou depois de 2003, a aposentadoria se dá pela média aritmética dos 80% dos melhores salários. Agora vai ser pela média de 100% dos salários, contando de 1994 para cá. Assim, os Planos de Carreiras e os adicionais por tempo de serviço passam a ser uma ilusão pois tudo será pela média e o valor do benefício não vai ultrapassar o teto.

Previdência complementar - torna-se obrigatória. O fundo complementar é vitalício para pagar o que excede o teto do INSS que hoje é de R\$ 5.531,31. Não sabe quanto vai pagar, não sabe quanto vai receber. A partir de 2003 (EC 41), quem ingressa no serviço público já não tem mais aposentadoria integral.

As mulheres perdem mais - pelas regras atuais, uma servidora pública que tenha contribuído por 30 anos pode se aposentar aos 55 anos. Com a mudança, a idade sobe para 62. São SETE anos de diferença!!!

Aí vem a pergunta: não seria melhor desonerar a folha da contribuição previdenciária e dar opções de investimento? Rafanhim alerta que “isto não é previdência, pois não tem solidariedade das gerações, ou seguridade, é apenas um investimento. Já fizeram isto no Chile e já estão revendo. Hoje os aposentados chilenos recebem uma ajuda de custo de cerca de US\$ 200 dólares”.

PARANA PREVIDÊNCIA

A ParanaPrevidência está morrendo - o grande golpe contra a Previdência dos servidores estaduais aconteceu com a aprovação da lei no dia do Massacre do Centro Cívico, em 29 de abril de 2015. Com a segregação de massas, o governo passou a retirar uma vultosa soma mensal do nosso Fundo Previdenciário (FP) para saldar as aposentadorias que eram de sua responsabilidade. O FES denunciou na entrevista coletiva de 17 de maio (leia na página 03) que o FP perdeu, desde a aprovação da lei 18.469/2015, cerca de R\$ 5 bilhões. Deveria ter em caixa R\$ 12 bi, mas só tem R\$ 7 bi.

Nota: os links estão ativos na versão online disponível no site: sindiseab.org.br